

Política

Desafio diante de Abi-Ackel

O ministro Abi-Ackel, da Justiça, pretende conduzir a negociação da reforma eleitoral "como o filete d'água que contorna a pedra quando necessário". Na realidade, o ministro, que ontem entregou ao presidente da República os primeiros projetos de lei sobre matéria eleitoral, terá diante de si nos próximos tempos o difícil entendimento a respeito da divisão da eleição em dois turnos e da regulamentação do acesso dos candidatos ao rádio e a televisão.

Abi-Ackel levou ao presidente João Figueiredo os projetos de lei que criam três sublegendas nas eleições para governador e senador, além da redução do prazo de domicílio eleitoral de dois para um ano. O presidente da República deverá também propor ao Congresso Nacional a modificação da lei complementar nº 5 — lei de inelegibilidades — para tornar elegíveis os ex-cassados e aqueles que foram indiciados na Lei de Segurança Nacional.

A modificação no inciso I do artigo primeiro da Lei de Segurança Nacional é o movimento mais adiante que os articuladores da reforma eleitoral conseguiram nos últimos dias. Quando o governo cogitou de modificar a lei de inelegibilidades nenhuma das pessoas envolvidas no assunto arriscou-se a fazer prognóstico neste sentido. Era pacífico que o governo restituiria na plenitude os direitos políticos das pessoas que foram atingidas pelos Atos Institucionais ou pelo Decreto-Lei 477. A questão dos indiciados na Lei de Segurança, que atinge diretamente os membros do Partido dos Trabalhadores, constitui ponto controverso.

A controvérsia, aliás, perdura porque os administradores sindicais que tenham sido punidos no exercício de suas funções ou aqueles cujo sindicato tenha sofrido intervenção federal são inelegíveis nos termos da lei complementar nº 5. Este é, sem dúvida, um item que obrigará o ministro da Justiça a recorrer a sua habilidade negociadora com o objetivo de fazer com que somente aqueles dois itens (as letras B e N do inciso I do artigo primeiro) sejam apreciadas no Congresso.

Mas o ministro da Justiça assumiu ontem a defesa pública do desdobramento das eleições em duas etapas. Na primeira seriam realizadas as eleições para prefeitos e vereadores, enquanto os demais cargos seriam preenchidos entre outro pleito. No entanto, o governo, por intermédio de Abi-Ackel que não pretende agora comprometer-se com datas nem com o prazo que seria estabelecido para uma e outra eleição.

Este é um trabalho de negociação política que consumirá a habilidade do ministro dentro do Partido Democrático Social. Há quem esteja dentro do PDS em cargos relevantes com idéias contrárias aquela. Aliás, o próprio Abi-Ackel reconhece que não se trata do desdobramento das eleições em duas etapas, mas da efetiva realização de dois pleitos diversos, com objetivos definidos e divergentes entre si.

Existe, ainda, outro assunto pendente dentro do capítulo eleições. O governo não disciplinou o acesso dos candidatos ao rádio e a televisão. A intenção inicial era a de atribuir o tempo aos partidos segundo sua representação no Congresso Nacional. Através deste cálculo o PDS, que é o maior partido, teria mais tempo, e o PMDB seria o mais beneficiado entre as agremiações oposicionistas. As emissoras de rádio e TV poderiam, também, vender seu tempo ao candidato que desejasse pagá-lo, sem qualquer restrição.

Mas este é um assunto que, a exemplo, da divisão em dois turnos das eleições do próximo ano, ainda vão consumir as artes de negociação do ministro da Justiça. Abi-Ackel parte do princípio de que não vai fazer negócio, ou seja não admite barganhar o que já está decidido para obter a adesão de parcelas oposicionistas. Por esta razão, o ministro quer contornar as pedras no seu caminho, utilizando-se somente de argumentos políticos, mas admitindo conversar sobre divisão das eleições em dois turnos e o substitutivo da Lei Falcão, que está em vigor.

DESESTATIZAÇÃO

O Palácio do Planalto está agora conhecendo a ação de um novo lobby. Trata-se das pessoas interessadas em impedir a venda a empresários privados de empresas que, hoje, estão em mãos do governo. A situação, nestes dias, acontece com a Acesita, empresa estatal sediada em Minas Gerais especializada na produção de aços finos.

Acontece que um grupo paulista está ultimando sua proposta de compra da Acesita, o que fere fundamentalmente o espírito de competição mineiro. Já corre a história de que os paulistas estão oferecendo menos da metade do que vale aquela empresa. E o lobby está dirigindo sua ação para o Planalto com o objetivo de retirar a Acesita da lista de empresas estatais negociáveis.

André Gustavo Stumpf